



Senado votará proposta sobre trabalho de gestante e lactante

Projeto, de Ataídes Oliveira, cria regras para grávidas e mães que amamentam trabalharem em locais insalubres. Também pode votado texto que regulamenta exploração de energia eólica no mar territorial

O Plenário do Senado pode votar amanhã projeto que regulamenta o trabalho de gestantes e lactantes em locais considerados insalubres. Uma alteração no texto garante o pagamento de adicional de insalubridade tanto na situação em que a mulher seguir trabalhando, como na hipótese de se afastar durante a gestação ou amamentação. A proposta prevê que, quando o nível de insalubridade for de grau médio ou mínimo, será permitido o trabalho se a empregada apresentar atestado de saúde que autorize a atividade.

Também deve ser votado pelo Plenário do Senado projeto que estimula a implantação de usinas eólicas no mar territorial. **3**

Pauta do Plenário inclui a regulamentação do trabalho de gestantes e a proposta sobre a implantação de usinas eólicas no mar, até o limite de 200 milhas



Marcos Oliveira/Agência Senado

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Sistema de monitoramento de fronteiras foi um dos que sofreram cortes

Parlamentares divergem sobre pagamento da dívida pública

A administração da dívida pública gerou polêmica na quinta-feira durante a aprovação do projeto do Orçamento de 2019. Cerca de 42% dos recursos orçamentários foram reservados para pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida. Isso

significa menos dinheiro para investimento em áreas como saúde, educação e segurança, disse o senador João Capiberibe.

O relator-geral do Orçamento, senador Waldemir Moka, explicou que os valores são determinados pela equipe econômica. **4**

Criação de zona exportação em São Luís fica para o próximo ano

A Comissão de Assuntos Econômicos adiou para o próximo ano a votação da criação da Zona de Exportação do Maranhão, uma área de livre comércio com o exterior na Ilha de Upaon-Açu, que abriga São Luís e zona metropolitana. O projeto foi colocado em votação, mas o senador José Serra pediu vista para analisar melhor o assunto. **3**

Relatório sobre políticas públicas de segurança será avaliado amanhã

Deve ser discutido amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos o relatório sobre políticas públicas de segurança. O relator, senador Armando Monteiro, também analisou os reflexos econômicos da crise na área. Para embasar o relatório, a comissão fez duas audiências públicas com a presença de governo e especialistas. **3**

Transportes e energia foram temas debatidos por colegiado **2**

Comissão de Assuntos Sociais analisou reajuste de planos de saúde **4**

Professor e advogado, Zé Santana toma posse na vaga de Regina Sousa **2**

Série "A Cepal e o Brasil" estreia na Rádio e no Portal do Senado **2**

Projeto sobre incentivo à biodiversidade nos rios pode ir à votação

A Comissão de Meio Ambiente pode votar amanhã proposta que obriga gestores de recursos hídricos a garantir a reprodução da biodiversidade no período de cheias dos reservatórios. Agência Nacional de Águas e órgãos estaduais deverão prever valores de vazão da descarga de reservatórios que se aproximem das condições naturais das bacias hidrográficas para preservar espécies aquáticas no período das cheias. **4**



O objetivo do projeto é permitir a preservação de espécies aquáticas no período de cheias das bacias hidrográficas

ICMBio

Transportes foram tema de colegiado em 2017 e 2018

Balço da Comissão de Infraestrutura mostra que senadores debateram a limitação da alíquota do ICMS para combustíveis de aviões e derrubada da resolução da Anac sobre cobrança de bagagens

TRANSPORTE E ENERGIA foram os temas de destaque na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) no biênio 2017-2018. O colegiado promoveu 22 audiências públicas no período, de acordo com balanço divulgado pelo presidente da CI, senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Um dos temas que recebeu a atenção dos senadores foi o transporte aéreo. Os parlamentares discutiram o projeto de resolução do Senado que limita a alíquota do ICMS do combustível de aviação. Aprovado na CI, o PRS 55/2015 acabou sendo rejeitado pelo Plenário.

A comissão também se engajou na derrubada da resolução da Agência Nacional de Aviação (Anac), que permitiu a cobrança pelo transporte de bagagens por companhias aéreas, sob o argumento de que contribuiria para reduzir os preços das passagens. O Senado chegou a aprovar em 2016 um projeto de decreto legislativo para sustar a resolução (PDS 89/2016), mas a medida ainda aguarda decisão da Câmara.

Rodovias

Na área de transporte rodoviário, foram realizados seis debates. Os senadores ouviram autoridades e especialistas sobre a manutenção



Leonardo Duarte/Secom-ES

Comissão ouviu especialistas e autoridades sobre a duplicação da BR-101

e a conservação da BR-319, a duplicação da BR-101 e a concessão da BR-364. A CI promoveu seis audiências sobre transporte ferroviário. Na pauta, as ferrovias Transcontinental, Bioceânica e a Transnordestina.

Para tentar solucionar o problema, os senadores incluíram na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) verba para a construção do trecho da BR-319, entre Porto Velho e Manaus, e para a construção, a reforma e o aparelhamento de aeroportos regionais. Na Lei Orçamentária Anual (LOA), os parlamentares sugeriram a construção de novos trechos na BR-317 e na BR-230, e a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário.

Outro tema debatido na CI foi a regulamentação dos serviços de transporte indi-

vidual de passageiros que utilizam aplicativos, como o Uber e Cabify. Também foram promovidas audiências sobre diversificação dos modais de transportes e sobre o Plano Nacional de Viação.

A CI promoveu ainda quatro debates sobre energia, em que foram discutidos temas como o fornecimento de gás da Petrobras para a Região Norte, mais especificamente a Amazonas Energia e a privatização da Eletrobras. Na área de saneamento, uma audiência abordou os investimentos do BNDES.

A CI também realizou 49 reuniões deliberativas e quatro diligências. Foram analisadas 151 proposições. Entre elas, 89 requerimentos, nove projetos de lei, 20 indicações de autoridades, dez emendas à LOA e seis emendas à LDO.

Rádio e Agência Senado estreiam série hoje

A Rádio Senado e o Portal do Senado apresentam hoje o primeiro programa da série "A Cepal e o Brasil", em alusão aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão criado pela ONU em 1948 para auxiliar a região a superar o subdesenvolvimento socioeconômico.

O programa de abertura tem como destaque a Teoria da Dependência, que recebeu grande contribuição dos so-

ciólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Os dois são considerados grandes referências sobre o estudo, que até hoje é debatido em cursos de economia e sociologia.

A série traz como entrevistados os senadores José Serra (PSDB-SP), Jorge Viana (PT-AC), Walter Pinheiro (sem partido-BA) e Cristovam Buarque (PPS-DF), além do economista Ricardo Bielschowsky.

As reportagens serão veicula-

das até sexta-feira no programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, e no Portal do Senado (www.senado.leg.br/noticias).

No domingo será apresentado um programa especial cujo entrevistado será o coordenador do escritório da Cepal no Brasil, Carlos Mussi.

A Cepal e o Brasil

De segunda a sexta, às 8h30, com reapresentação às 22h. No domingo, às 17h.

Zé Santana toma posse no Senado na vaga de Regina

Tomou posse na sexta-feira, na sala de audiências da Presidência do Senado, o senador Zé Santana (MDB-PI). O parlamentar faz parte da chapa encabeçada por Wellington Dias (PT-PI), que foi eleito para o Senado em 2010 e se afastou do cargo em 2014 para assumir o governo do Piauí no início de 2015.

Wellington foi substituído pela primeira suplente, Regina Sousa (PT-PI), que ocupou a vaga até quinta-feira, quando deixou o mandato por ter sido eleita vice-governadora nas últimas eleições. Com isso, o segundo suplente, Zé Santana, passou a ser um dos três representantes dos piauienses no Senado até 31 de janeiro.

— Vamos tentar aproveitar da melhor maneira possível o pouco tempo que nos resta no final deste ano para tentar contribuir com o Piauí e contribuir para o país com o nosso trabalho — declarou o novo senador durante a cerimônia, que também contou com a presença de Regina.

Empossado pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), Zé Santana classificou como

fundamental a manutenção da composição representativa do estado na casa.

Advogado e professor da Secretaria de Educação do Piauí, o senador possui especialização em formação de gestores públicos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e secretário de Ação Social no governo de Wellington Dias, entre 2017 e 2018. Também ocupou postos na Companhia de Habitação e na Secretaria Estadual de Justiça.

Em 1º de fevereiro ele assume mandato de deputado na Assembleia Legislativa do Piauí.



Gerardo Magela/Agência Senado

Zé Santana é advogado e professor da rede pública do Piauí

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

TER SEG

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Discursos e avisos da Mesa.

CAE Segurança pública
10h Análise da avaliação de política pública sobre segurança. Depois, votação de projeto que regulamenta Empresa Simples de Crédito.

QUA

CMA Água
11h30 Análise de projeto sobre campanhas educacionais de estímulo ao uso racional da água.

CAS Salário mínimo
9h Projeto que estende até 2023 as regras atuais de cálculo do salário mínimo

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: [@SenadoFederal](https://twitter.com/SenadoFederal) — facebook.com/SenadoFederal

Tel.: 0800 612211 — Av. N2, Bloco 11 do Senado Federal, 70165-900, Brasília, DF

Senado votará regras para trabalho de gestante

Projeto estabelece normas para grávidas e lactantes trabalharem em locais insalubres. Também está na pauta regulamentação para explorar energia eólica no mar territorial

O PROJETO QUE regulamenta o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres pode ser votado pelo Plenário amanhã. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com emenda que garante o pagamento de adicional de insalubridade tanto na situação em que a mulher seguir trabalhando, quanto na hipótese de se afastar durante a gestação ou a amamentação.

Do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o PLS 230/2018 recebeu emenda da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), segundo a qual nos casos em que for impossível o trabalho em lugar ou em situação insalubre, a gravidez será considerada de risco e a empregada receberá o salário-maternidade. O texto determina que quando o nível de insalubridade for médio ou mínimo, será permitido o desempenho do trabalho se a empregada, voluntariamente, apresentar atestado de saúde

assinado por médico.

Caberá à empresa pagar o adicional de insalubridade para a mulher afastada. A compensação para a empresa virá no momento de recolher as contribuições incidentes sobre a folha de pagamento dos salários.

Usinas eólicas

Também está prevista a votação do projeto que estimula a implantação de usinas eólicas na faixa de águas a 12 milhas (22 quilômetros) da costa e na zona econômica exclusiva, a 200 milhas (370 quilômetros) da costa.

De acordo com o PLS 484/2017, de Fernando Collor (PTC-AL), o litoral brasileiro será dividido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em “prismas eólicos”, de forma semelhante ao que ocorre nos blocos de exploração de petróleo e gás natural, conforme seu potencial energético e baixo potencial

de degradação ambiental. As unidades de exploração serão disputadas em leilão. Os parques eólicos marítimos, mediante regulamentação pelo Executivo, repassarão royalties a estados e municípios litorâneos.

Collor justifica o projeto mencionando estimativas sobre o potencial do “pré-sal eólico” das águas nacionais até 50 metros de profundidade, que chega a 400 gigawatts — mais que o dobro de toda a capacidade instalada de geração de energia elétrica no país. Ele lamenta, porém, que o Brasil ainda não tenha construído um parque eólico marítimo, o que atribuiu à falta de segurança jurídica para a construção e operação das usinas eólicas. Ele também lembra que o país vem descumprindo compromissos internacionais sobre emissão de gases.

Também na pauta projeto que regulamenta a profissão de podólogo.



Pelo texto, a grávida que trabalhar em local insalubre receberá adicional



Armando Monteiro é relator da avaliação sobre segurança

Comissão analisa relatório sobre segurança pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião marcada para amanhã para apreciar o relatório de avaliação de políticas públicas. Neste ano a CAE analisou as políticas na área de segurança pública, especialmente em relação ao orçamento e aos reflexos econômicos da crise da segurança. O relatório será apresentado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Para embasar a análise dessas políticas, a comissão realizou duas audiências públicas, com a presença de especialistas na área e representantes do governo. A primeira audiência foi realizada no início de setembro, enquanto a segunda ocorreu no início deste mês.

Crédito

Na reunião, a CAE também vai analisar o projeto que trata da regulamentação da empresa simples de crédito (PLC 135/2018). Do ex-deputado Pedro Eugênio (PT-PE), a proposta estabelece que esse tipo de empresa, de âmbito municipal, terá atuação exclusivamente em seu município-sede e em municípios limítrofes.

A empresa destina-se à realização de operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, exclusivamente com recursos próprios, tendo como contrapartes microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Armando é o relator do projeto.

Zona de Exportação do Maranhão será discutida em 2019

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para a primeira reunião de 2019 a votação da proposta que cria a Zona de Exportação do Maranhão (Zema), uma espécie de zona de processamento de exportação (ZPE) especial ou ampliada.

Na última reunião da CAE, o PLS 319/2015 chegou a ser colocado em votação, na forma do substitutivo do relator Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Mas a deliberação foi suspensa pelo presidente do colegiado, o senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE), por falta de quorum e a pedido do senador José Serra (PSDB-SP), que insistiu em ter mais tempo para analisar a proposta.

Do senador Roberto Rocha (PSB-MA), o projeto estabelece uma área de livre comércio com o exterior na Ilha de Upaon-Açu, que abriga São Luís e cidades da zona metropolitana, como São José de Ribamar.

Pelo projeto, as empresas que se instalarem na Zema terão isenção de impostos e contribuições incidentes sobre a importação ou sobre aquisições de insumos no

mercado interno, para que possam produzir ou prestar serviços destinados à exportação. Somente as empresas enquadradas na seção “indústrias de transformação” da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) poderão usufruir dos incentivos fiscais.

As empresas que se instalam nessas áreas têm acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos especiais. Assim a Zema deverá ter, por exemplo, menos burocracia no controle aduaneiro e dispensa da exigência de percentual mínimo de receita bruta relacionada à exportação de bens e serviços.

Roberto Rocha observa que a Ilha de Upaon-Açu, também conhecida como Ilha de São Luís, apresenta características geográficas que a habilitam a constituir uma área de livre comércio, especialmente pelas condições logísticas que favorecem a entrada de insumos e o escoamento da produção para o exterior pelo Porto de Itaqui. Segundo o senador, o projeto vai ajudar a desenvolver o Maranhão e melhorar a vida da população.

— A criação de uma área de livre

comércio em São Luís, voltada exclusivamente para exportação, é a troca da exploração política da pobreza pela exploração econômica da riqueza. O projeto da Zema cria uma válvula de retenção, que obriga a agregar valor dentro do Brasil, no caso, no Maranhão. Nós temos o segundo melhor porto do mundo e, a partir desse ativo, vamos criar condições para que o Maranhão possa transformar produtos primários e semielaborados em produtos a serem comercializados no exterior, gerando emprego e renda no estado — argumentou.

Serra afirmou que a proposta vai muito além de uma simples zona de processamento de exportações e cria incentivos que caracterizariam, na prática, uma nova zona franca. Para ele, a ideia precisa ser analisada com mais profundidade.

Serra disse também que, caso seja aprovada a criação da Zema, outros estados vão querer criar zonas semelhantes, o que comprometeria a arrecadação e até poderia diminuir os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

— Se a moda pega, vale para todos. Vamos deixar para o ano que vem para aprofundarmos a discussão.

Roberto Rocha respondeu que a Zema difere da Zona Franca de Manaus por ter incentivos fiscais exclusivos para o processamento voltado para o mercado externo.

Simone Tebet (MDB-MS), que relatou o projeto na CAE em substituição a Ferraço, também defendeu a aprovação por considerar que a Zema vai impulsionar a economia do estado e diminuir as desigualdades sociais.



Ferraço é autor do substitutivo que teve a votação adiada a pedido de Serra

Dívida pública provoca polêmica em comissão

Projeto de lei orçamentária aprovado na quinta-feira desagradou alguns parlamentares, que consideraram muito alto o valor destinado ao financiamento da dívida pública

UM DOS TEMAS sobre os quais o próximo governo e o Parlamento terão de se debruçar é a crescente dívida pública, que se encontra em R\$ 5,2 trilhões, segundo o relatório de dezembro da Instituição Fiscal Independente (IFI). No projeto do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018), aprovado na quinta-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), R\$ 1,42 trilhão se destina ao pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida somente no ano que vem.

Isso corresponde a aproximadamente 42% do total do Orçamento. Segundo o deputado Bebeto Souza Galvão (PSB-BA), membro da CMO, trata-se de uma “sangria” que impede gastos com saúde e educação e investimentos públicos.

— É muito importante se poder analisar como essa dívida chegou a esse valor. Não é possível se comprometer tal percentual do Orçamento anual para pagar essa dívida sem reduzi-la — diz o deputado.

Assim, sobram 58% do Orçamento da União — R\$ 1,95 trilhão — para serem repartidos para investimentos, saúde, educação e assistência social. Devido à quantidade de gastos obrigatórios, relacionados ao



Deputados Raimundo Gomes de Matos e Geraldo Resende e o relator Waldemir Moka (D) em reunião da CMO

custeio da máquina pública, e com os limites da Emenda Constitucional 95, do teto de gastos, o valor a ser disponibilizado para os gastos cai para R\$ 1,4 trilhão.

Restrições

Relator setorial de Defesa e Justiça, o senador Wellington Fagundes (PR-MT) observou que apesar dos números parecerem altos, na hora de serem repartidos, muitos programas ficam prejudicados.

— A restrição determinada pela emenda do teto dos gastos limita o poder dos relatores para atender diversos pleitos.

Esse Orçamento reflete este momento — disse o senador.

A relatora setorial de Ciência, Tecnologia e Comunicações, senadora Ana Amélia (PP-RS), se disse preocupada com os cortes e limitações.

— Trabalhei com os técnicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações quase R\$ 1,4 bilhão em emendas para 2019. Quando chegou na hora, só nós liberamos aproximadamente R\$ 75 milhões.

Outro exemplo é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), prioritário segundo o Exército, que terá apenas R\$ 38,5 milhões

para um programa de proteção e vigilância de mais de 17 mil quilômetro de fronteiras.

Estrutura básica

O relator-geral do Orçamento, senador Waldemir Moka (MDB-MS), salientou que os valores são determinados pela equipe econômica do governo federal e ele apenas transcreve para a lei do Orçamento aquilo que lhe foi remetido.

— Podemos realizar emendas, podemos fazer modificações. Mas a estrutura básica nos é entregue pelo governo desde a Lei das Diretrizes Orçamentárias — explicou Moka.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), relator de Meio Ambiente, também criticou a restrição de recursos.

— Não é a questão da Previdência ou dos salários dos servidores públicos que está sufocando o Orçamento. A questão é a administração da dívida pública. Centenas de outros programas estão sendo cortados ou reduzidos pela pressão da manutenção da dívida pública — argumentou o senador.

Segundo o presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), as discussões se deram de maneira muito mais tranquila que nos anos anteriores. A questão da dívida pública foi o único item que gerou debate durante a aprovação do projeto do Orçamento na quinta-feira.

Em novembro, os R\$ 5,2 trilhões da dívida pública bruta correspondiam a 76% do produto interno bruto (PIB), conforme dados do Banco Central (BC).

No entanto, se for utilizada a metodologia do Fundo Monetário Internacional (FMI), que considera na conta os títulos do Tesouro Nacional na carteira do BC e que somam mais R\$ 590 bilhões, esse valor passaria dos 83% do PIB.

Projeto sobre biodiversidade nas cheias dos rios pode ser votado

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) poderá votar amanhã projeto que obriga os gestores de recursos hídricos a garantir o incentivo à reprodução da biodiversidade no período de cheias no curso das águas dos reservatórios operados por agentes públicos e privados. O PLS 344/2014 recebeu parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (MDB-RO).

A proposta, do ex-senador Kaká Andrade, altera a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433, de 1997) para obrigar a Agência Nacional das Águas (ANA) e os órgãos estaduais a prever valores de vazão da descarga de reservatórios que se aproximem das condições naturais das bacias hidrográficas. A intenção é possibilitar a preservação de espécies aquáticas no período de cheias naturais.

O autor explica que nesse período são formadas lagoas adjacentes ao curso hídrico (jusante) dos reservatórios, que funcionam como berçários para a fauna aquática do local.

No entanto, o barramento

e a definição de uma vazão fixa de descarga para todos os meses do ano impedem esse processo.

Para Raupp, o projeto contribui não só para a proteção do meio ambiente, mas também para o aumento da oferta dos recursos pesqueiros. Ele argumenta que a conservação das espécies aquáticas permite a atividade de repovoamento de peixes e, consequentemente, preserva a atividade pesqueira e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental de país.

Conscientização

A Comissão de Meio Ambiente deve votar ainda um projeto que prevê a realização de campanhas educativas para estimular o uso racional de água pela população.

Do senador José Agripino (DEM-RN), o PLS 587/2015 tem a intenção de, por meio de iniciativas educativas periódicas, prevenir crises de abastecimento cada vez mais frequentes.

O projeto recebeu voto favorável do relator, senador Humberto Costa (PT-PE).

Planos de saúde foram destaque em colegiado

Ao concluir seus dois anos no comando da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora Marta Suplicy (MDB-SP) fez uma análise da atuação do colegiado no período. Os parlamentares realizaram 45 audiências públicas e analisaram 138 propostas.

Mais do que os números, ela destacou a relevância dos temas que passaram pelo crivo dos senadores. Entre eles, o reajuste dos planos de saúde. Foram duas audiências públicas sobre o tema quando os parlamentares e debatedores puderam questionar a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Depois desses debates, a ANS retrocedeu sobre decisões que autorizaram as operadoras a reajustarem os planos de saúde médico-hospitalares individuais e familiares em até 10%, no período de maio de 2018 a abril de 2019. Além disso, houve recuo nas novas regras para a aplicação da coparticipação e franquia em planos, o que possibilitaria a cobrança de um percentual de até 40% por procedimentos realizados.

— Agora, no fim de 2018, tivemos a ANS apresentando

a nova metodologia a ser adotada para o reajuste de planos individuais. Uma grande vitória de todos os senadores da CAS — afirmou Marta.

Projetos

Algumas das propostas aprovadas pela comissão têm interesse direto das mulheres. É o caso da obrigatoriedade da reconstituição de mamas pelo SUS (PLC 5/2016), do Incentivo à prevenção ao câncer de mama e útero (PLC 20/2017), da ultrassonografia mamária gratuita (PLS 583/2015) e da inclusão do Outubro Rosa no calendário Oficial (PLC 32/2018).

A senadora ainda destacou as mudanças realizadas no Estatuto da Criança e do Ado-

lescente (ECA) para facilitar a adoção (PLC 101/2017), bem como a estabilidade de emprego para mães de filhos adotivos (PLS 796/2015).

Outro projeto votado na CAS foi o da descriminalização da maconha para uso medicinal (PLS 514/2017). A proposta originou-se de ideia legislativa apresentada no e-Cidadania e já recebeu mais de 100 mil votos favoráveis na consulta pública do Portal do Senado na internet.

Para instruir a relatoria, foi feita audiência pública dividida em duas mesas, para a oitiva de especialistas de representantes de pacientes e do Executivo. O projeto está agora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Marta ressaltou proposta aprovada que facilita a adoção de crianças